

Inclusão



O TRT-PE colabora com a inserção de pessoas com deficiência auditiva no mercado de trabalho, a partir de uma parceria com o Centro Suvag de Pernambuco para digitalização dos processos físicos do Tribunal. A contratação beneficia profissio-

nais atendidos pelo Centro, além de um supervisor e um intérprete.

Desde 2001, o Regional firma contrato com entidades sem fins lucrativos que têm por intuito promover a inclusão de pessoas com deficiência.

Uniformizando o entendimento

O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) vem, periodicamente, julgando processos envolvendo temas sobre os quais apresenta entendimentos divergentes. Julgados os processos, o ponto de vista vencedor passa a ser seguido pelo Regional em matérias da mesma natureza. Com isso, a Corte procede à Uniformização de Jurisprudência (IUI), fazendo diminuir o número de recursos que sobem ao TST.

Já foram uniformizados cerca de 40 assuntos, tais como prática de “cheers” (grito de guerra), transação extrajudicial para prevenir litígio de trabalhador expos-

to ao amianto, horas de deslocamento em percurso servido por transporte complementar e/ou alternativo, intervalo interjornada, entre outros. Interessados já podem fazer consultas a essas súmulas através do site www.trt6.jus.br, no menu “Jurisprudência”.

A padronização confere mais celeridade, evita divergências e reveste de maior segurança as decisões quando da apreciação de matérias semelhantes, agilizando, assim, o julgamento dos demais processos. Por sua vez, advogados e partes terão respostas mais rápidas para suas demandas.

Alvará eletrônico

Neste fim de ano, o Regional do Trabalho da 6ª Região começou a emitir alvarás com assinatura eletrônica nas ações trabalhistas em Processo Judicial Eletrônico (PJe) que tramitam nas Varas do Trabalho do Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e São Lourenço da Mata, com liberação de valor pela Caixa Econômica Federal. Com isso, os trabalhadores, advogados, peritos e outros beneficiados não precisam se

deslocar até o Fórum Trabalhista para pegar sua ordem de pagamento, podendo imprimi-la diretamente do sistema PJe e apresentá-la ao banco.

Isso também favorece a economia de papel e o aumento de eficiência nas varas, pois não será mais necessária a realização de agendamentos para entrega de alvarás.

A inovação é fruto de um acordo de cooperação técnica com a Caixa Econômica.

Ambiente de trabalho mais seguro

Preocupado com os altos números de adoecimento e acidente no ambiente laboral, o Grupo Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Getrin6), do qual o Tribunal faz parte, intensificou as ações visando promover a articulação entre instituições públicas, entidades privadas e atores da sociedade civil, a fim de promover a conscientização do tema e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

Ao longo do ano, o Getrin6 promoveu estudos técnicos, seminários, debates, publicações e ações de gran-

de repercussão social, a exemplo do “Simpósio 28 de abril” e do “III Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro”. Além disso, representantes do Grupo reuniram-se com o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Pernambuco, para sensibilizá-los sobre a importância da fiscalização do ambiente laboral, e participaram de vários programas nos veículos de comunicação para debater a saúde do trabalhador.

Getrin6 - O Grupo foi criado em 2012 e hoje é integrado pelo TRT-PE, MPT-PE, SRTE/PE, AGU, INSS, Fundacentro/PE, Fiocruz e Prefeitura de Olinda.

TRT6: um dos Tribunais de destaque do país

Pelo segundo ano consecutivo, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) recebeu o **Selo Justiça em Números**, na categoria **Diamante**, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apesar das dificuldades enfrentadas com os cortes orçamentários no exercício de 2016, o TRT-PE se destacou como um dos tribunais mais eficientes do país, sendo a única corte a receber a premiação na categoria máxima, por duas vezes seguidas.

A solenidade de entrega da chancela ocorreu durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília/DF, no início deste mês, para o estabelecimento das metas do Judiciário para o ano de 2017. No total, 73 cortes receberam a premiação distribuída nas séries Diamante, Ouro, Prata e Bronze. O



Desembargadora Gisane Araújo com o troféu Diamante ao lado da professora Maria Tereza Sadek

TRT-PE compôs o seleto grupo de oito Tribunais que foram agraciados com a categoria máxima, sendo o único a repetir o feito.

O Regional foi contemplado por sua excelência na produção, gestão, organização e divulgação das informações, tanto administrativas quanto processuais, e pelo encaminhamento consisten-

te das informações no Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), com respeito aos prazos de preenchimento. Além disso, o nível de informatização, a implantação dos processos eletrônicos, a utilização de relatórios estatísticos na elaboração do planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ que

dizem respeito à gestão da informação foram fundamentais para a escolha do Tribunal trabalhista pernambucano, que também foi distinguido por sua excelente capacidade de extrair dados de todas as unidades judiciárias, em sistemas padronizados.

Mesmo com as medidas de contenção de despesas que foi obrigado a tomar, desde o início do ano, para conseguir ajustar as contas aos cortes orçamentários – 30% na área de custeio e 90% em investimento –, como encerramento de contratos, cortes nos gastos com veículos, combustível, diárias, passagens, energia elétrica, material de consumo e redução do horário de expediente, o Regional continuou cumprindo o seu papel na prestação jurídica eficiente à sociedade.

Cresce número de ações

Conforme o Relatório Justiça em Números 2016 – ano base 2015 - do CNJ, o TRT6 recebeu 108.554 casos novos na primeira instância e 20.134 na segunda instância atingindo 100% de produtividade segundo os critérios do IPC-Jus

A crise econômica e o aumento do desemprego trazem consequências diretas para o Judiciário Trabalhista: o aumento do número de processos que são ajuizados. Ao divulgar o Relatório Justiça em Números 2016 – ano base 2015 -, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou que só na primeira instância o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), em 2015, recebeu 108.554 casos novos – um crescimento de 10.697 em relação a 2014, o que dá um percentual de aumento de cerca de 11% –,

tendo sido julgados 99.556. À segunda instância chegaram 20.134 novas ações (em 2014 haviam sido 20.633), tendo havido o julgamento de 20.818.

O Regional pernambucano foi um dos quatro Tribunais Trabalhistas a alcançar o IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada) de 100%, segundo Relatório Justiça em Números 2016 – ano base 2015 – do CNJ. O IPC-Jus considera os processos baixados a partir dos recursos disponíveis em cada tribunal.

A presidente do TRT-PE, desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, comemora os resultados, mas manifesta apreensão por causa dos drásticos cortes orçamentários que a Justiça do Trabalho sofreu este ano. “O ano de 2016 foi muito difícil, pois tivemos um corte de 30% nas verbas de custeio e 90% nas verbas de investimento, o que nos levou a tomar medidas extremas, como a redução do horário de funcionamento, ainda que não tenha havido diminuição do período de atendimento ao público. A

preocupação é que o orçamento de 2017 vai ter como referência os valores de 2016, o que pode comprometer o desempenho do Tribunal, aumentando o tempo de julgamento dos processos”, avalia a desembargadora.

A tendência de grande volume de processos continua, e se verifica aumento da produtividade. Este ano, até novembro, já ingressaram 100.945 processos nas VTs, que julgaram 105.777. Na segunda instância, o ingresso foi de 22.502 ações, das quais 21.893 foram julgadas.

Novo fórum para as varas da capital

Depois de ter de sair do prédio da Sudene, após decisão judicial, em julho de 2015, e ficar funcionando provisoriamente no Fórum Trabalhista de Jaboatão, o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, que reúne as 23 varas da capital, foi instalado, já em fevereiro de 2016, no bairro da Imbiribeira.

Sem orçamento para construção de uma sede própria – mesmo que tivesse, uma obra desta dimensão exigiria muito tempo

–, a saída foi partir para a locação de um imóvel.

Num curto espaço de tempo, o Tribunal formalizou contrato de aluguel de um imóvel na Imbiribeira, bem servido de transporte público e com espaço adequado à instalação do Fórum, que ocorreu em fevereiro de 2016.

As 23 varas do Recife já receberam este ano, até o mês de novembro, 35.034 novos processos, julgando 35.961.



MOVIMENTO. Novo fórum recebeu, até novembro, mais de 35 mil processos

Conciliações encerram mais de 3 mil processos

Entre janeiro e outubro, aproximadamente 3,5 mil ações trabalhistas chegaram ao fim mediante acordo na Justiça Trabalhista de Pernambuco. E, apesar da recessão econômica do país, as três semanas de mutirão de acordos do TRT-PE – uma em maio, uma em setembro e a outra em novembro – superaram os resultados de 2015, tanto na quantidade de conciliações, como na soma dos valores homologados. No total, os eventos alcançaram 3.281 acordos e R\$ 36 milhões no pagamento de dívidas.

Além dessas semanas com foco na tentativa de soluções negociadas, o TRT-PE man-



Magistrados, advogados e partes em mesa de tentativa de acordo

tém um programa permanente de estímulo ao acordo, conduzido por dois núcleos de conciliação: um de primeira e outro de segunda instância.

As partes e advogados podem solicitar o agendamento de uma audiência preen-

chendo um formulário eletrônico disponível em www.trt6.jus.br, através dos telefones (81) 3454.7941 e 3232.4726 (1º grau) e 3225.3211/3212 (2º grau), pelo Whatsapp (81) 98897.7016 ou, ainda, com-

parecendo ao Fórum Trabalhista da cidade.

Coordenador do Núcleo de Conciliação de Primeira Instância, o juiz Eduardo Câmara, destaca a importância de a sociedade desconstruir a cultura beligerante e judiciosa, substituindo-a por soluções em conjunto. “Ao solucionar um processo de modo construtivo, garantimos a cada uma das partes uma solução harmoniosa e ajudamos a restaurar a relação pessoal que há entre elas”, defende o juiz.

Execução - Até novembro de 2016, foram encerrados 23.386 processos na fase de execução, gerando créditos totais de R\$ 141.681.672, 50.

Pessoalmente: atendimento no horário de expediente, no endereço: Cais do Apolo, 739 - Bairro do Recife. CEP: 50030-902 - Recife - PE.



Teleouvidoria: através da linha 0800-722-4477, serviço gratuito, nos dias úteis, no horário de expediente.

Internet: preencha o formulário, disponível em www.trt6.jus.br/portal/ouvidoria, para fazer sua reclamação, denúncia ou sugestão.